



A formação de professores em Portugal: lutas, valores e reivindicações na construção da profissão docente ao longo da 1ª República Portuguesa

Teacher training in Portugal: fights, values and claims in the construction of the teaching profession over the 1st Portuguese Republic

Helder Manuel Guerra Henriques*

Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal

Resumo

Neste texto discutimos a construção da profissão docente, em Portugal, tomando como ponto de partida a formação de professores para o ensino primário, com particular incidência no período da 1ª República Portuguesa (1910-1926). Procuramos demonstrar, por meio da Escola Distrital de Habilitação do Magistério Primário de Castelo Branco, como a profissão de professor foi se construindo a partir de um conjunto de valores incorporados por influência do Estado; e, por outro lado, assumir a importância das causas, lutas

* HMGH: Pós-doutorado em Ciências da Educação, professor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, e-mail: henriqueshelder@gmail.com

e reivindicações do grupo, ainda em processo de formação, como mecanismo de socialização e consolidação da profissão de professor ao longo do arco temporal em análise. Para o efeito, ancoramos o trabalho na História da Educação e na Sociologia das Profissões estabelecendo um diálogo entre estes dois campos científicos. O corpus documental analisado divide-se entre documentação legal e institucional e a imprensa pedagógica produzida pelos alunos-mestres. A crítica histórica foi a abordagem metodológica escolhida uma vez que permite colocar *em crise* as próprias fontes e interpela-las de um modo válido.

Palavras-chave: *Formação. Profissão. Professor. Portugal.*

Abstract

In this paper, we discuss the construction of the teaching profession in Portugal. We take as a starting point the teacher training directed to the primary education, with particular emphasis in the period of the 1st Portuguese Republic (1910-1926). We intend to demonstrate, taking the School of Primary Cycle Teaching Qualification of the District of Castelo Branco. There, on the one hand, the teaching profession has been constructed from a set of values embodied by central state influence; on the other hand, the importance of the fighting for causes and claims of this group, while in process of formation identity, has a socialization mechanism for the consolidation of the profession within the time span in question. We anchor the work in the History of Education and Sociology of Occupations establishing a dialogue between these two scientific fields. The documentary corpus analyzed is divided between legal and institutional documentation and the pedagogical press produced by the students-teachers. The historical criticism was the methodological approach chosen, because it allows putting in crisis the very sources and challenges in a valid way.

Keywords: *Training. Profession. Teacher. Portugal.*

Resumen

En este texto discutimos la construcción de la profesión docente, en Portugal, tomando como punto de partida la formación de profesores para la educación primaria, con particular incidencia, en el periodo de la 1ª República Portuguesa (1910-1926). Procuramos

demostrar, a través de la Escola Distrital de Habilitação do Magistério Primário de Castelo Branco, cómo la profesión de profesor se fue construyendo a partir de un conjunto de valores incorporados por influencia del Estado; y, por otro lado, asumir la importancia de las causas, luchas y reivindicaciones del grupo, aún en proceso de formación, como mecanismo de socialización y consolidación de la profesión de profesor a lo largo del arco temporal en análisis. Para tal efecto, anclamos el trabajo en la Historia de la Educación y en la Sociología de las Profesiones estableciendo un dialogo entre estos dos campos científicos. El corpus documental analizado se divide en documentación legal e institucional y la prensa pedagógica producida por los alumnos de máster. La crítica histórica fue el abordaje metodológico escogido ya que permite colocar en crisis las propias fuentes e interpelarlas de un modo válido.

Palabras Clave: Formación. Profesión. Profesor. Portugal.

Introdução

A formação de professores constitui um elemento chave do futuro das nações. Ao longo da modernidade os professores, em articulação com o Estado, assumiram uma importância central no processo de construção das sociedades. A escola, campo de ação *natural* do professor, tornou-se um importante dispositivo de ensino, de controlo das populações e, simultaneamente, mecanismo de difusão axiológica. No decorrer da modernidade educativa, o professor foi convocado a participar ativamente no processo de afirmação do projeto político do Estado, possibilitando o desenvolvimento do grupo e a aquisição do *status* de profissão a tempo inteiro, com conhecimentos próprios e valores comuns capazes de responder aos desafios colocados pelo Estado-Nação.

Este processo encontrou na formação dos futuros professores, na segunda metade de 1800 e ao longo dos decénios seguintes, uma arena privilegiada para o desenvolvimento de princípios sociopolíticos e para

a valorização profissional da condição docente. Nas escolas de formação de professores circulavam conhecimentos, atitudes e/ou valores que deviam ser apropriados pelos futuros professores. É a partir deste conjunto de aspetos, entre outros, que, em nosso entender, se pode tentar definir a singularidade da profissão docente.

A problemática presente neste texto encontra-se ancorada aos princípios, valores, ideais e reivindicações que podemos encontrar a circular em contexto formativo, sobretudo na imprensa pedagógica produzida nas escolas de formação de professores, relacionados com a profissão de professor.

Assim, as nossas questões de partida são as seguintes: Quais os ideais defendidos e os problemas identificados pelos futuros professores em Portugal no período republicano? Qual era a posição do Estado neste processo? Quais os principais valores que o professor devia promover? Em que causas se envolveu? Para responder a estas questões tomamos como exemplo, particularmente, uma instituição formadora de professores – a Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário, localizada na cidade de Castelo Branco, no interior de Portugal – na década de 10 do século XX.

Este trabalho encontra o seu fundamento teórico junto da História da Educação e da Sociologia das Profissões. A articulação entre estas áreas científicas permitiu construir um olhar crítico sobre o processo de construção da profissão docente, os ideais, as causas e as lutas defendidas e as tensões existentes.

O corpus documental selecionado pode ser dividido em dois núcleos: o primeiro, que corresponde à documentação legal e o segundo, correspondente, por um lado, à documentação institucional – livro de atas – e, por outro, à imprensa pedagógica produzida na década de 1910, na instituição escolar que serve de contexto a este trabalho. De acordo com Joaquim Pintassilgo (2009, p. 10) a imprensa é “um elemento importante para o conhecimento histórico das referidas escolas é o que nos é dado pelas publicações a que deram origem, sejam elas de revistas da instituição ou dos seus alunos. Estas publicações são uma

fonte privilegiada”. É o caso do periódico *Albicastrense* que começou por ser uma iniciativa dos estudantes da Escola De Habilitação para o Magistério Primário e transformou-se no órgão oficial da própria instituição de formação de professores. Publicado entre 1916 e 1918, apresentou-se como um importante elemento no processo de construção de um sentimento de pertença profissional. O seu primeiro diretor foi Abílio Nunes Marques, o primeiro editor Manuel Fernandes Costa, os redatores Luiz Martins e Manuel de Almeida Maia Marques e o administrador Francisco Lucas Júnior (HENRIQUES, 2012, p. 129).

Do ponto de vista metodológico, considerou-se pertinente a análise sócio-histórica uma vez que permite ampliar o nosso olhar sobre a temática escolhida e situá-la num tempo e espaço muito precisos. Iniciamos o nosso trabalho revisando literatura sobre a formação de professores e, simultaneamente, dialogando com teóricos da Sociologia das Profissões (ABBOTT, 1988; RODRIGUES, 1997). Este diálogo permitiu-nos avançar com uma noção de profissão que podemos aplicar ao caso dos docentes em Portugal, correndo riscos, é certo. Posto isto, identificamos um conjunto de fontes, nas quais se incluem a legislação, os livros de atas do conselho escolar e a imprensa pedagógica produzida na instituição que tomamos como arena na nossa discussão. A interpretação destas fontes foi realizada com o auxílio de construção de tabelas onde anotávamos aquilo que mais poderia contribuir para o desenvolvimento de hipóteses que fossem ao encontro das nossas perguntas de partida. Depois de todo este trabalho, iniciamos o diálogo entre a teoria e a *empíria* e começamos a escrita do texto que agora se apresenta.

Este artigo encontra-se dividido em quatro partes principais. Na primeira parte, procuramos enquadrar teoricamente o trabalho discutindo uma noção possível de profissão e a importância da compreensão e análise das tensões entre os grupos profissionais e outros atores. Na segunda parte, fizemos um breve percurso pela história da profissão docente, destacando a segunda metade de 1800 e o período republicano. Na terceira parte, apresentamos a instituição de formação

de professores que serve de arena de discussão deste trabalho e, por fim, na última parte, analisamos o periódico produzido na instituição escolar.

A construção das profissões: uma perspectiva possível

A construção de uma profissão implica a existência de espaços de conhecimento e socialização onde se ministra uma formação singular com conhecimentos teóricos e práticos específicos, apropriados à atividade que se pretende exercer socialmente. Estes saberes proporcionam o fundamento científico da atividade e o reconhecimento social daqueles que a exercem. As instituições escolares credenciadas para mobilizar esses conhecimentos – como as Escolas de formação de professores – encontram-se “mandatadas” em regra pelo Estado, para a atribuição de diplomas que habilitam e/ou autorizam os indivíduos para o exercício de uma determinada profissão, como a de professor. Portanto, formação e profissão são conceitos que se cruzam quando pretendemos analisar, por exemplo, o processo de construção profissional do professorado primário em Portugal.

Aqui, o conceito de profissão deve ser entendido como “um elemento que pode ter leituras diversificadas, múltiplas, com momentos de avanços e de recuos, influenciado por variáveis diversas, como o espaço e o tempo” (FERREIRA; HENRIQUES, 2012, p. 142). Esta abordagem de natureza sistêmica é aquela que melhor permite compreender o processo de construção de uma jurisdição profissional dinâmica, como a dos professores, dado que possibilita a emergência de um olhar dialogante entre os fatores internos do grupo, mas também com outros elementos exteriores, que tentam exercer pressão de modo a influenciar o desenvolvimento profissional do mesmo – como é o caso do Estado.

Na sua relação com os grupos profissionais, o Estado deve ser interpretado como um elemento participante nos processos formativos e, conseqüentemente, como um ator influente na consolidação, ou não,

dos interesses dos grupos profissionais. A possibilidade de afirmação das atividades profissionais – como a dos professores – encontra-se muito dependente dos interesses ideológicos que permitem valorizar o projeto político do próprio Estado (HENRIQUES, 2012b).

É neste sentido que a compreensão dos processos de afirmação profissional dos grupos não pode ser realizado de modo descontextualizado. A visão de conjunto é fundamental para a compreensão das profissões nas sociedades contemporâneas (RODRIGUES, 1997, p. 123). António Nóvoa (1987) colocou precisamente esta questão quando tratou de analisar o processo de profissionalização dos professores do ensino primário em Portugal. No seu trabalho, assumiu o Estado como “um actor central, no processo de emergência e desenvolvimento dos diferentes grupos profissionais” (NOVOA, 1987, p. 47).

De acordo com as considerações que tecemos anteriormente, defendemos que as atividades profissionais emergem de uma formação específica e controlada pelo grupo, de interesses internos do grupo, mas também das tensões que podem objetivar-se em retóricas discursivas provenientes, entre outros, da influência de um projeto político em consolidação como aconteceu, por exemplo, com o projeto educativo republicano em Portugal (1910-1926).

A 1ª República Portuguesa desenvolveu um intenso programa educativo com intenções políticas evidentes. Esse programa ganhou forma legal no Decreto-Lei n.º 9.223, de 29 de Março de 1911, em que se previa a reforma educativa relativa ao ensino infantil, primário e normal. De acordo com alguns autores, o preâmbulo deste diploma legal constitui “um magnífico exemplo da retórica educativa do republicanismo e o seu articulado dá conta da presença de algumas das principais ideias e práticas inovadoras em circulação no campo educativo” (PINTASSILGO, 2011a, p. 72).

Destacamos a ideia inicial do texto onde se pode ler que “o homem vale sobretudo pela educação que possui”. Desenvolvia-se a retórica que associava a Escola à ideia de progresso, ao invés do que acontecia no período imediatamente anterior (no regime monárquico). Estes dois

conceitos – *Escola e Progresso* – integram o discurso republicano que se propunha, através da educação, regenerar a sociedade e construir um “Homem Novo”. Para o efeito, defendia-se que era necessário possuir os conhecimentos básicos da leitura e da escrita – num país marcado pelos elevados índices de analfabetismo – mas, por outro lado, também se devia promover uma formação moral do indivíduo e do seu caráter, capaz de produzir bons cidadãos que se caracterizassem pelo amor à pátria. É por isso que se defende que o regime republicano foi um dos que mais se preocupou com a formação integral dos cidadãos:

A República procurou desenvolver um ambicioso projeto de formação de cidadãos, no contexto escolar mas também no espaço público, que incluía todo um vasto sistema de símbolos, cultos e rituais, para além de aprendizagens formais e da doutrinação axiológica. *O ideal de educação integral* constituía um elemento central desse projeto, ao pretender formar a pessoa nas múltiplas dimensões da sua vida individual e social, mas, também, de alguma forma, governar essa formação. (ADÃO; SILVA; PINTASSILGO, 2012, p. 5, grifos nossos)

É neste contexto que as Escolas de formação de professores, além dos conhecimentos ministrados, contribuíram para a construção e difusão de uma doutrinação axiológica capaz de desenvolver uma consciência profissional. Isto é, os republicanos contribuíram para que se criassem um conjunto de discursos de natureza moral capazes de mobilizar os professores e os alunos-mestres e de os colocar a circular, por exemplo, através da imprensa pedagógica, o que os futuros professores produziam nos seus contextos de formação.

A imprensa pedagógica contribuiu para (re)produzir e ampliar lutas, reivindicações e/ou valores junto dos alunos-mestres, aqueles que seriam o futuro da atividade de professor – elemento fundamental no projeto político republicano para a nação portuguesa. Este constitui um aspeto central em todo este texto onde procuramos encontrar indícios dessas lutas, reivindicações e códigos axiológicos que se tentavam

transmitir por meio da imprensa pedagógica, entre outros. Assim, consideramos que a “coesão do grupo constrói-se através da definição de um conjunto de normas e valores que sustentam objetivos, causas e reivindicações comuns”, permitindo reforçar a identidade profissional de uma determinada atividade. A este propósito António Nóvoa (1987, p. 53-54) é perentório quando afirma que:

O exercício de uma profissão depende de normas e comportamentos éticos que orientam a prática profissional e as relações entre os próprios praticantes, entre os últimos e os outros actores sociais. O código deontológico pode ser formal ou informal, porém é portador de valores de carácter ideológico ou moral, concebidas para defender e melhorar o *status* social e o prestígio do grupo profissional. Tal como o conhecimento, a ética não é imutável; pelo contrário, encontra-se em constante mutação, acompanhando por um lado, a evolução do conhecimento e, por outro lado, as mudanças nas relações entre o grupo profissional e as classes sociais.

A imprensa pedagógica constitui uma importante fonte no estudo e na compreensão dos valores e das causas comuns do professorado e daqueles que se preparavam para o exercício da atividade. Consideramos, portanto, que “uma profissão surge como resultado das lutas, reivindicações, estratégias seguidas por um determinado grupo ocupacional na tentativa de alcançar maior credibilidade social, académica e estatal, num determinado período temporal” (FERREIRA; HENRIQUES, 2012, p. 142).

Assumimos que estas lutas e reivindicações, no devir histórico, constituíram um contributo significativo para aumentar o campo de intervenção dos professores e a sua consciência de pertença a um grupo, criando-se órgãos próprios para a divulgação dessas demandas. Estes testemunhos apresentam-se como elementos promotores do processo de profissionalização da docência e como construtores de um *sentimento de pertença* valorizador da profissão docente.

1) **A formação de professores em Portugal: o início de um percurso**

A formação de professores para o ensino elementar, em Portugal, encontra as suas origens no século XVIII com as políticas reformistas Pombalinas. Porém, foi necessário esperar cerca de um século para que a institucionalização da formação de professores para o ensino elementar se tornasse efetiva. Em 1862, começou a funcionar a primeira Escola de formação de professores portuguesa – a Escola Normal de Marvila – para o sexo masculino, sob a direção de Luís Filipe Leite. Na inauguração desta instituição o seu diretor referiu-se ao significado daquela escola e da atividade docente e defendeu que:

[...] uma das primeiras necessidades em instrução pública, é encontrar homens que abracem o *magistério* como verdadeiro *sacerdócio*, e não como simples industria; homens cuja *inteligência* rivalize com a *dedicação*; cujos princípios de *moralidade* não desmintam por duvidosos ou pervertidos a *missão* gravíssima que são chamados a exercer; para que o *apostolado* se lhes não falseie na prática; para que a palavra se lhes não esterilize desconceituada pelo *exemplo*; para que as obras lhes não sirvam de condenação quotidiana” (LEITE, 1862, apud PINTASSILGO; MOGARRO; HENRIQUES, 2010, p. 64).

Parece ser evidente a forte presença de uma dimensão moral que devia ser potenciada junto dos futuros professores daquela Escola Normal. As palavras do diretor colocam a profissão docente como uma missão para a qual nem todos estariam vocacionados e aptos para a exercer. Era necessário evidenciar um conjunto de qualidades morais que tornassem o futuro professor um exemplo a seguir pela sociedade. O Alunomestre devia tomar o ensino como o seu sacerdócio, com muita dedicação e inteligência. A este propósito, Joaquim Pintassilgo (2011b, p. 5) mostra que o que está aqui em causa é “a exemplaridade do mestre, permanentemente glosado pelo discurso pedagógico, independentemente de momentos ou tendências”.

Quatro anos mais tarde foi criada a Escola Normal do Calvário cujo objetivo era o mesmo, no essencial, mas desta vez para a formação de professores do sexo feminino. De acordo com Maria João Mogarro (2010, p. 15), a formação nesta escola “era pautada, fundamentalmente, pelo ensino religioso e pelas actividades próprias da educação feminina, além da formação geral e pedagógica” como acontecia também na escola para o sexo masculino.

No último quartel de 1800, encontrou-se uma forma de ampliar o ensino normal em Portugal que passou pela criação, a partir da década de 1890, das Escolas Distritais de Habilitação para o Magistério Primário. Consolidava-se a ideia de que para ser professor era necessário passar por uma instituição formadora e especializada num conjunto de saberes, conhecimentos e valores construtores de uma consciência profissional.

A este propósito, Joaquim Ferreira Gomes (1980, p. 64) refere que na década de 1890 “em menos de cinco anos, vão criar-se algumas centenas de escolas primárias e mais de uma dúzia de escolas distritais de habilitação para o magistério”. A título de exemplo, em 1896 foram criadas as escolas para o magistério primário de Vila Real, Évora e Bragança. Em 1897, foram criadas mais seis escolas distritais onde se inclui Braga, Viana do Castelo, Viseu, Aveiro, Guarda e Castelo Branco. Nos anos seguintes foram criadas as escolas Leiria, Portalegre e Ponta Delgada (1898); Angra do Heroísmo (1899) e, Horta e Beja (1900).

Assim, no começo 1900 verificamos que existia uma Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário em quase todas as capitais de distrito (excepto Santarém). Estas escolas funcionavam por referência às Escolas Normais de Lisboa, Porto e Coimbra, que serviam de modelo. De acordo com António Nóvoa (1987, p. 657), criou-se uma rede de escolas que incluía, além das escolas normais referidas atrás (Lisboa, Porto e Coimbra, de ambos os sexos), dezessete escolas distritais de habilitação para o magistério primário.

Estas instituições distritais mantiveram-se em funcionamento mesmo depois da implantação do regime republicano português (1910). Na verdade, muito embora no plano legal o regime republicano assumisse

mudanças, através da reforma de 1911, apenas se viriam a consubstanciar essas alterações, neste caso, em 1919 quando estas instituições distritais foram encerradas e substituídas por Escolas Primárias Superiores que, por sua vez, encerrariam em 1926.

Este regime político (1910-1926) pretendia construir uma sociedade laica, patriota e republicana voltada para o progresso e, para isso, teria que fomentar a regeneração social da mesma. A educação constituía-se, pelo menos do ponto de vista retórico, como o elemento capaz de assegurar a pretendida regeneração, através da escola, e, conseqüentemente, através dos seus professores do ensino primário. Era, no fundo, a crença no poder transformador da educação que mobiliza os republicanos em todo este processo. Ao professor primário caberia “modelar a inteligência e o carácter dessa ‘cera maleável’” (PINTASSILGO, 2010, p. 73) que eram as crianças, “homens do amanhã” (id.). O periódico *Albicastrense* (1916, n. 5, p. 1) corroborava esta afirmação quando se referia à necessidade de “pregar bem alto o valor do ensino, o valor da instrução”.

Apesar dos esforços, continuados com a reforma de 1919, o ideário educativo republicano ficou caracterizado pela falta de efetividade em muitas das medidas que se previam inicialmente. As dificuldades económicas, a agitação política e social constante dificultaram a consolidação deste projeto educativo (re)formador da sociedade portuguesa. Mas, antes de avançarmos para os discursos na imprensa pedagógica, vejamos o caso particular da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário albicastrense.

A Escola Normal de Habilitação para o Magistério de Castelo Branco: da utopia para a realidade institucional

A transformação da atividade docente em profissão a tempo inteiro resultou de um processo de valorização social e estatal destes atores educativos para o qual muito contribuíram as instituições escolares criadas especificamente para a formação dos professores (NOVOA, 1987).

Estas instituições de formação possibilitaram o desenvolvimento de uma consciência comum que se tornaria relevante para o futuro da profissão. Todavia, ao longo do seu processo de implementação no território português, no último quartel do século XIX, muitas foram as dificuldades que professores e alunos-mestres tiveram de superar. Podemos encontrar exemplos desses problemas em que os atores educativos se envolviam, numa perspetiva institucional, logo no momento da criação da escola na cidade de Castelo Branco.

Esta cidade conheceu a sua primeira escola de formação de professores em 1897. A escola nasceu sob o impulso das autoridades políticas locais que forneceram o edifício e o material necessário para assegurar o começo da sua atividade em 1897 (HENRIQUES, 2012). Podemos ler, no Diário do Governo n° 294, de 29 de Dezembro de 1897, o seguinte:

Tendo em vista o disposto nos artigos 42° e 43° da carta de lei de 18 de Março de 1897: hei por bem determinar que na cidade de Castello Branco seja organizada uma escola de habilitação para o magistério primário nos termos do artigo 120° e seguintes da parte II do regulamento de 1896; ficando porém a nomeação do pessoal e a instalação da escola dependentes de se tornar effectivo o concurso da Câmara Municipal d'aquella cidade com o fornecimento da casa e do necessário material escolar (PORTUGAL, 1897)

Esta teria sido uma das primeiras dificuldades com que se depararam: a falta de uma casa digna e material pedagógico apropriado. A escola iniciou as suas atividades a 17 de Outubro de 1898. O seu primeiro diretor indigitado foi o Bacharel João Duarte de Carvalho e Sousa, que lecionava a disciplina de Pedagogia. Nesta fase inicial outro elemento relevante para a escola foi o professor e Secretário da escola Francisco Xavier Pereira; assim como os seus primeiros professores: José da Costa Henriques, António Rodrigues Cardoso, Miquelina da Conceição Amador e, embora por pouco tempo, Miquelina Feliciano D'Abreu Flor (HENRIQUES, 2012). O que unia estes professores eram mais as dificuldades do que o ensino em si mesmo. Os primeiros anos de vida da instituição não foram simples devido,

principalmente, às dificuldades financeiras e pedagógicas (GOULÃO, 2003, p. 35). Todavia, encontravam-se de acordo no que respeita ao tipo de ensino a implementar:

A metodologia deve ser principalmente prática e o curso deve ter pelo menos 3 anos; a metodologia aprende-se melhor com exercícios práticos do que pela exposição oral. É praticando sob a direcção de professores experimentados que se aprende a ser professor metódico. (LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, 1900).

Além da dificuldade inicial na aquisição/escolha de um edifício que possibilitasse o início da formação de professores, outras dificuldades estiveram presentes na vida desta instituição, como a inexistência de uma biblioteca capaz de ajudar no estudo os seus alunos-mestres. Deste modo, em 1906 propôs-se a fundação de uma biblioteca na escola. Podemos ler no livro de atas do Conselho Escolar o seguinte sobre a importância da biblioteca:

[...] devia existir nesta escola uma biblioteca que servisse para auxiliar os alumnos nos seus estudos, aos quaes, na maioria, era pecuniariamente impossível a aquisição de muitos livros que lhes é indispensável conhecer. Para isso se propunha, na qualidade de bibliotecário efectivo, fundar uma biblioteca que ficasse propriedade da escola e à qual, para dar começo, oferecia pela sua parte volumes diferentes em número superior a sessenta, os quaes, como todos os mais que lhe forem ofertados constarão do catálogo da livraria tendo adquirido à custa do expediente da escola apenas o “dicionário popular” e uma estante (LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, 1906).

Estas dificuldades, em nosso entender, fomentaram um sentido de união que mobilizou todos aqueles que ali queriam ensinar e aprender o exercício da profissão docente. Para complementar essa Biblioteca, o corpo docente da escola ofereceu alguns livros e procurou beneméritos escolares com o objetivo de aumentar o número de exemplares disponíveis para o estudo dos alunos-mestres.

Próximo do momento da implantação da república portuguesa, a escola encontrou um outro local para se instalar, mas que também não serviria. Em 1912 instalaram-se junto do Paço Episcopal de Castelo Branco. Não obstante, as condições também não eram as melhores e a este propósito Manuel Maia Marques (1916, p. 1-2) escreve no periódico *Albicastrense* que os alunos-mestres “quasi que nos envergonhamos de entrar naquele infame, horrendo e anti-higiénico pardieiro, que serve de Escola Normal. É uma verdadeira vergonha existir uma Escola Normal destas! Ali não há a mais pequena noção do que seja uma casa higiénica”.

Parece haver aqui uma antítese entre aquilo que a Primeira República procurava defender e as condições que ofereciam aos alunos-mestres nestas escolas distritais, como é o caso que acabamos de relatar. As condições físicas deploráveis não ajudavam a formar os futuros professores do ensino primário considerados os “obreiros da pátria”.

No fundo, esta falta de condições físicas, de um edifício adequado, a ausência de condições pedagógicas acabava por indiciar aquilo que aconteceu em 1919: o encerramento da instituição (e das restantes), depois de ser alvo de uma sindicância que revelou imensa desorganização. Podemos verificar nas atas do Conselho Escolar da instituição que se seguiu, a Escola Primária Superior, sobre este processo:

Atendendo às irregularidades que se encontram nos livros de médias dos alunos onde há rasuras e notas escritas a lápis e atendendo ainda aos factos irregulares que se praticavam neste estabelecimento que motivaram uma sindicância, constando ao actual corpo docente que durante o encerramento desta escola alguns professores agora afastados do serviço vieram à Secretaria, onde consultavam e manuseavam os livros e registo das médias e atendendo a que as chaves da secretaria e estantes durante o citado período de encerramento estavam indevidamente confiadas ao continuo; proponho que o Conselho Escolar seja de parecer que devem ficar sem nenhum efeito as notas de aproveitamento respeitantes aos professores afastados, ficando a média final dos respectivos alunos sendo da competência dos seus novos professores. (LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, 1918)

As Escolas Distritais de Habilitação Para o Magistério Primário dispuseram de dois anos letivos de transição para que se extinguissem definitivamente e dessem lugar às Escolas Primárias Superiores. Como já evidenciamos, parece que esta escola constituiu uma verdadeira antítese do projeto republicano. Este paradoxo entre o ideal educativo republicano e a realidade institucional e pedagógica é visível, entre outros, na imprensa pedagógica em relação a vários “combates”, neste caso direcionados para a política educativa republicana, que a seguir procuraremos também apresentar.

2) **Os alunos-mestres na construção da profissão docente**

Ao longo da análise realizada ao periódico *Albicastrense*, propriedade da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Castelo Branco, evidenciamos duas dimensões marcantes que integram a construção da profissão docente principalmente pela relação que ambas estabelecem com a figura do Estado. A primeira dimensão prende-se com a relação entre os ideais educativos defendidos pelo regime político republicano e a sua apropriação pelos alunos-mestres (*Estado – Formação*), contribuindo para a construção de uma determinada ideia de profissão. A segunda encontra-se associada aos problemas e preocupações internos do grupo dos professores que eram colocados na imprensa pedagógica e que serviam de mecanismo de valorização e coesão profissional dos futuros professores, embora de outra forma (*Formação – Profissão – Estado*). Vejamos com maior especificidade as dimensões que identificamos.

O primeiro aspeto integrante da dimensão *Estado – Formação* encontra-se associado à apropriação pelos alunos-mestres, por via do seu contexto formativo, da ideia de *missão*. Essa apresenta-se como um princípio estruturante da condição docente no âmbito da política educativa republicana. De acordo com Joaquim Pintassilgo et al. (ADÃO; SILVA; PINTASSILGO, 2012, p. 6), o professor do ensino primário devia incorporar a profissão com dedicação e exemplo, sendo apresentado como um:

[...] sacerdote laico da República, [...] como “guia supremo da consciência dos povos”, “grande obreiro da civilização” ou “árbitro dos destinos morais da Pátria”. A escola primária, o templo da nova sociedade, ocupa um lugar central no projeto republicano. É nela, segundo se crê, que se há de “formar a alma da pátria republicana”.

Considerado pilar fundamental no prosseguimento dos princípios colocados a circular pela retórica republicana, os alunos-mestres sentiam essa responsabilidade que lhes era transmitida pelos seus professores no interior da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário de Castelo Branco. A este propósito, na abertura do ano letivo de 1913, o diretor fez questão de salientar alguns dos aspetos que já referimos quando defendeu que os alunos-mestres seriam “os obreiros do futuro, pois da orientação dada pelo professor primário ao espírito dos seus alumnos, depende o engrandecimento da Pátria” (LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, 1913).

Com isso confirmamos a relação entre as orientações da política educativa republicana e os ideais de formação presentes no interior desta realidade institucional, pois solicitava-se que estas instituições fossem capazes de produzir os futuros professores como aqueles “[...] cuja missão é guiar para o Bem, as flores viçosas e inocentes que as gerações nos confiem” (O NOSSO, 1916, p. 1).

O aluno-mestre preparava-se para ser esse “obreiro do futuro” da nação. É neste sentido que se defende a relevância dos alunos-mestres e “[...] quanto útil é o mister do professor de instrução primária” (JUSTA, 1916a, p. 2). Podemos ainda confirmar o que temos defendido quando um professor de instrução primária se dirigia aos alunos-mestres e afirmava que “impõe-se, pois, uma necessidade, mas uma necessidade imperiosa de levar aqueles pontos [distantes] a luz da instrução” (A INSTRUÇÃO, 1916, p. 2).

De uma forma muito evidente, mais do que a perspectiva da transmissão dos conhecimentos, sobressai a ideia da virtude e do exemplo associadas ao professor que haveria de ser capaz de transmitir conhecimentos, mas também de moralizar os indivíduos e, portanto, estar ao

serviço da Pátria na construção de bons cidadãos. Defendia o professor primário de Sarzedas, no periódico *Albicastrense*, que “é preciso radicar bem fundo a noção da Pátria no coração desse povo que, possuindo sentimentos nobres, também há de albergar na alma o sentimento do amor pátrio.” (A INSTRUÇÃO, 1916, p. 2).

Havia portanto uma clara intenção política que os professores cumpriam na transmissão dos ideais republicanos por parte do Estado e de apropriação dos mesmos nos contextos formativos. O professor e o aluno-mestre deviam estar ao serviço do Estado de modo a desenvolver “efeitos morais e patrióticos que constituem os ensinamentos mais seguros para a formação dos bons cidadãos futuros” (CONSIDERAÇÕES, 1916, p. 1).

Essa dimensão que assinalamos (*Estado – Formação*) contribuiu para fortalecer o grupo dos professores na medida em que permitiu a apropriação transversal de conhecimentos, ideais e valores que os docentes deviam defender. Tal relação constituiu uma forma de estar a serviço do Estado e de, assim, encontrar um mecanismo que permitisse fortalecer a imagem da profissão docente e sua visibilidade social. Esse foi um processo com interesses mútuos. De um lado, o Estado que pretendia desenvolver o seu projeto político, de outro, os professores que pretendiam maiores privilégios para a sua profissão.

No entanto, o processo de construção da profissão docente também se fez através das reivindicações e *questões pedagógicas* que preocupavam o grupo profissional. É com base nestes *combates* pela profissão de professor que se desenvolveu a segunda dimensão identificada anteriormente (*Formação – Profissão – Estado*), de acordo com interpretação do periódico analisado.

A partir dessa análise, verificamos que, ao longo do arco temporal identificado, os professores e os alunos-mestres assumiram uma enorme preocupação com a *alta missão* que lhes era confiada pelo regime e, por outro lado, tendo em vista a baixa condição salarial que lhes era atribuída. Esta problemática é permanente e os alunos-mestres difundiram-na em muitos dos números do periódico, manifestando já um sentimento

de pertença ao grupo profissional no combate por um salário digno da missão que os esperava. Eles consideravam sua missão como sendo de “amor e carinho”, devendo ser encarada como uma atividade digna e não rebaixada. Assim defendiam a profissão docente quando abordavam a questão salarial do seguinte modo: “se fossemos estabelecer um paralelo entre as condições económicas dum professor primário com outro empregado do Estado ou municipal, o que com certeza observaríamos seria vergonhoso” (JUSTA, 1916b, p. 1). Noutro texto, foi realizada uma abordagem comparativa entre a atividade de professor dentro e fora do país: “enquanto no estrangeiro, o professor é tido como uma figura de respeito, em Portugal é uma qualquer coisa que não merece a justiça dos altos poderes” (NO ESQUECIMENTO, 1916, p. 2). Esta reivindicação demonstra o processo combativo e de grupo na consolidação da atividade profissional em Portugal. Atente-se no seguinte texto:

A reforma Primária elaborada depois da implantação da República visando o ressurgimento e o progresso do povo por meio da instrução, portanto e implicitamente da Pátria, exige um duplo esforço compensado com o aumento do ordenado. [...] Onde está esse aumento? Onde Está essa combinação do esforço com a regalia? [...] Foi para isto que a reforma, que visava, na voz dos propagandistas da instrução, se possível criar uma escola em cada habitação, exigiu uma preparação tão modelar a uma classe que emigra da escola expulsa pela fome e que é preterida em todas as suas aspirações, direitos e regalias por um sem número de incompetentes sem diploma, que nas escolas móveis auferem o dobro do ordenado do professor primário? (PREGANDO, 1916, p. 3).

Estas reivindicações são prova de uma consciência de grupo que procura melhores condições, de acordo com a função que lhes fora atribuída pelo Estado, e que conseqüentemente vai construindo a sua jurisdição profissional.

Por outro lado, encontramos debates reveladores da construção de uma consciência moral e *especializada* do professorado do ensino primário nomeadamente os discursos relacionados com as questões

pedagógicas. Ao longo da publicação do periódico verificamos a existência de diversos artigos que remetem para a problemática da formação moral dos indivíduos, para as questões sobre a criança desvalida, para a relação da Escola com a família e, ainda, para a problemática da disciplina no interior da Escola.

No que diz respeito à formação moral, apelava-se à necessidade da formação do caráter através da educação. A este propósito Manuel Correia da Silva (1917, p. 3) afirmava o seguinte:

Urge pois que o professor estude o temperamento – a maneira de ser das crianças, para que – depois – possa seguir o caminho mais viável, tendente a ministrar-lhes uma boa educação não por meio da violência, do terror – porque isso seria esterilizar e mesmo envilecer a alma das crianças – mas sim por meios dóceis, tolerantes e afáveis. Na educação moral da criança, o professor deve servir de constante exemplo, praticando actos nobres e dignificantes – respeitando o próximo, amando o verdadeiro, a integridade e a justiça.

Este excerto textual evidencia a construção científica do saber pedagógico que os alunos-mestres discutiam em torno das estratégias que melhor se adequavam à formação moral do indivíduo. A discussão é ainda mais incisiva quando emerge a problemática das crianças e jovens indigentes. Argumenta-se a virtude da Escola e o seu papel nos processos de regeneração sociomoral dos indivíduos uma vez que é “no Templo-Escola onde a Verdade Impera, está aberto em toda a parte e o pae carinhoso [...] de braços abertos para receber os pródigos e regenerá-los pelo amor” (MEDIDA, 1916, p. 1). No mesmo sentido, assume-se a necessidade de enviar as crianças à escola e de consciencializar as famílias para evitar o desvio moral das mesmas.

A legislação primária em vigor não obriga os pais a mandarem á Escola estas creanças? Porque se não faz cumprir um preceito que beneficia não só a humanidade por desviar do caminho do vicio e mais tarde do crime os que para ele se dirigem, como também e principalmente a

própria creança de quem se pode fazer um bom cidadão, um homem útil? É pois na Escola o logar dessas creanças que por aí vagueiam. Não se deve cuidar pois só do corpo, cuide-se do espirito também em cujo pedestal se solidificam as virtudes (MEDIDA, 1916, p. 1)

A preocupação com a família também integra os discursos do professorado e dos alunos-mestres que encontramos no periódico analisado. Esta relação do professor com a família dos alunos devia ser como a de um “alfaiate” que fabrica os seus “fatos”. Defende-se a importância do professor como aquele que tem como missão construir bons cidadãos, úteis à pátria e que possam respeitar o bom nome das famílias (QUESTÕES, 1917, p. 3).

A profissão docente encontra em todos os princípios, lutas, valores e reivindicações, essencialmente na relação com o Estado, os elementos que permitem valorizar profissionalmente o exercício da profissão docente e aumentar a coesão do grupo logo a partir dos contextos de formação onde se mostram elementos interventivos e preocupados com a futura atividade profissional.

Considerações finais

A república idealizou a construção de uma sociedade nova, culta, laica e patriótica onde a educação tinha um papel fundamental. Não obstante, muitas das intenções ficaram apenas no plano teórico, havendo portanto uma distância entre os ideais e a realidade.

A construção da profissão docente encontra-se ancorada aos contextos de formação e aos processos de socialização que aí se desenvolveram com o objetivo de fortalecer um sentimento de pertença a um grupo em processo de consolidação. Em particular, as Escolas de formação de professores constituíram-se como arenas de valores, lutas, tensões e reivindicações dos alunos-mestres. Ao longo do texto procuramos defender que é a partir destes espaços que se constrói a

“consciência profissional” do professorado primário. As escolas são os lugares onde se reproduzem conhecimentos, mas também se desenvolvem princípios, lutas e reivindicações que permitem, eventualmente, aumentar a “respeitabilidade” social em relação ao grupo.

Em todo este processo de aquisição de um *status* profissional mais elevado, o Estado é um dos principais atores. O seu projeto político colocava os professores do ensino primário como elementos centrais. Deste modo, também as escolas de formação de professores – como aquela que caracterizamos – tentaram transmitir essa razão de estado, uma vez que se encontravam na sua dependência, embora as instâncias locais, muitas vezes se vissem obrigadas a intervir para as escolas poderem funcionar. Em quaisquer dos modos, percebemos que a profissão não se construiu apenas de acordo com as indicações estatais. Pelo contrário, geraram-se reivindicações, em relação ao próprio Estado, transformadas em causas da profissão, como foi o caso da baixa condição salarial dos professores em relação a outras atividades. Do mesmo modo, também a preocupação dos alunos-mestres com as crianças abandonadas, órfãs, desvalidas é uma evidência de quem se encontrava atento ao meio que envolvia o seu espaço de formação profissional.

Ao longo desta nossa análise a imprensa pedagógica revelou-se uma fonte central para compreender os processos de consolidação da profissão docente em Portugal. Aqui são retratados os discursos do Estado, mas também as causas que orientam o grupo dos professores. Mas esta é uma parte da história da profissão docente que não termina aqui. Outros caminhos, outras fontes e outras dimensões podem ser estudadas de modo a aprofundar a importância da formação de professores e do professor do ensino primário na edificação da sociedade portuguesa, tal como a conhecemos na atualidade.

Referências

- ABBOTT, A. *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1988.
- ADÃO, A.; SILVA, C. M.; PINTASSILGO, J. (Org.). *O Homem vale sobretudo pela educação que possui – Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em <<http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/433843.pdf>> Acesso em: dez. 2014.
- A INSTRUÇÃO em Sarzedas. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n. 6, p. 2. 06 set. 1916.
- CONSIDERAÇÕES. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n. 8, p. 1. 20 set. 1916.
- FERREIRA, A. G.; HENRIQUES, H. As normas e os valores na construção da identidade profissional da enfermagem portuguesa: décadas de 40 a 80 (séc. XX). *Estudos do Século XX*. n. 12. 2012, p.139-158.
- GOMES, J. F. *Estudos Para a História da Educação no Século XX*, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GOULÃO, F. *Instrução Popular na Beira Baixa*. Coimbra: Alma Azul, 2003.
- HENRIQUES, H. Escolas de formação de professores em Castelo Branco (1898-1988). In: PINTASSILGO, J. (Coord.). *Escolas de Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2012a. p. 119-148.
- HENRIQUES, H. *Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias*. 594 p. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012b.
- JUSTA defesa. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n. 4, p. 2. 08 ago. 1916a.
- JUSTA defesa. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n. 6, p. 1. 06 set. 1916b.
- MEDIDA que se impõe. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n.4, p. 1. 23 ago. 1916.

MOGARRO, M. J. *A formação de professores no Portugal Contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. 2 V. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2001.

NO ESQUECIMENTO. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n. 9, p. 2. 27 set. 1916.

O NOSSO fim. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, nº 1, p. 1. 2 ago. 1916.

NOVOA, A. *Les Temps des Professeurs – Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII – XX Siècle)*. 2 V. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

PINTASSILGO, J. O Ensino primário. In: PROENÇA, M.C. (Coord.). *Educação para todos: o ensino na I República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa-Moeda, 2011a. p. 71-76.

PINTASSILGO, J. “Em torno da Arte de Ensinar: vocação, paixão, exemplaridade moral e prática”. In: *Arte y oficio de enseñar: dos siglos de perspectiva histórica*. XVI Coloquio Nacional de Historia de la Educación. Valladolid: Sociedad Española de Historia de la Educación – Universidad de Valladolid – Centro Internacional de la Cultura Escolar, 2011b. 10 p.

PINTASSILGO, J., MOGARRO, M. J., & HENRIQUES, R. P. (Coord). *A formação de professores em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2010.

PINTASSILGO, J. Introdução – História e Historiografia das Escolas Normais em Portugal. In: PINTASSILGO, J.; SERRAZINA, L. (Org.). *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores – Arquivo, História e Memória*, Lisboa: Colibri, 2009.

PREGANDO no deserto *Albicastrense*. Coimbra, ano I, n. 8, p. 3. 20 set. 1916.

QUESTÕES pedagógicas: o professor para com a família, pátria e sociedade. *Albicastrense*. Coimbra, ano II, p. 3. 29 nov. 1917.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora, 1997. SILVA, M. C. Assuntos pedagógicos, Educação Moral, formação do carácter. *Albicastrense*. Coimbra, ano I, p. 3. 24 jun. 1917.

LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, sessão de 01 de Julho de 1918. Portugal, 1918.

LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, sessão de 02 de Novembro de 1913. Portugal, 1913.

LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, sessão de 06 de Fevereiro de 1906. Portugal, 1906.

LIVRO DE ACTAS DO CONSELHO ESCOLAR, n. 1, sessão de 08 de Novembro de 1900. Portugal, 1900.

PORTUGAL. Decreto-Lei 9.233. 29 de Março de 1911.

PORTUGAL. Ministério do Reino. *Diário do Governo*. n. 294, 29 dez. 1897.

Recebido: 20/07/2015

Received: 07/20/2015

Aprovado: 08/10/2015

Approved: 10/08/2015